



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia 22 e 23/05/2016

5

política



Tribuna

Gilvan Manoel

GILVANMANOEL@UOL.COM.BR - GILVANMANOEL@JORNALDODIASE.COM.BR

Indústria da multa

A Justiça aceitou a ação de improbidade administrativa movida contra o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, por multas de trânsito aplicadas na cidade. A tese defendida pelo Ministério Público é de que a prefeitura aumentou consideravelmente o número de radares pela cidade para conseguir maior arrecadação. O Ministério Público chama a medida de "indústria da multa" e aponta que houve conluio entre os gestores.

Em Aracaju, o prefeito João Alves achou pouco o número de equipamentos eletrônicos fixos instalados nas ruas e avenidas da cidade e autorizou a SMTT a adquirir três radares móveis, que já estão sendo testados para a aplicação de mais multas aos motoristas que trafegam na capital. Como Aracaju não possui nenhuma via livre o suficiente para alta velocidade, presume-se que os equipamentos móveis serão utilizados na surdina pelos guardas da SMTT

com o único objetivo de aumentar a arrecadação, sem que a administração faça qualquer tipo de prestação de contas com o dinheiro proveniente dessa nova indústria.

João Alves já instalou radares fixos, lombadas eletrônicas e do tipo misto em diversas áreas da capital. Na avenida Má-

A combinação de radares com as faixas azuis e a omissão da fiscalização do trânsito da PMA cria uma verdadeira indústria de multas, penalizando ainda mais os contribuintes aracajuanos, já tão prejudicados pela modorrenta administração implantada por João Alves Filho

rio Jorge Vieira (que na altura do shopping Riomar chama-se Luiz Gonzaga) foram instalados três equipamentos fixos em cada pista, um a menos de 1 quilômetro do outro, com o único objetivo de melhorar o caixa da PMA, e não educar o trânsito como alega a SMTT.

A administração do prefeito João Alves Filho conseguiu, em pouco mais de três anos, travar todo o trânsito da capital, alongar retornos e provocar megaengarrafamentos sem qualquer melhoria

para os usuários. As faixas azuis que eles pintaram no asfalto das principais avenidas como 'embrião' do sistema de ônibus chamado pelos aracajuanos de 'BRT paraguaio' conseguiu piorar ainda mais o tráfego de veículos e não provocou qualquer agilidade no transporte coletivo.

A ação movida pelo Ministério Público Estadual para tentar conter o caos no trânsito implantado pela Prefeitura de Aracaju não vai adiantar se o pró-

prio prefeito não for intimado. Enquanto a responsabilidade judicial cair apenas sobre os ombros de seus prepostos, nada vai mudar. O MPE também deveria aproveitar para cobrar informações sobre o volume arrecadado com as multas e o que está sendo feito com esse dinheiro.

Como em outros setores, a administração João Alves Filho piorou muito a situação do trânsito na capital. E cobra uma conta cara de seus usuários.